

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA NO EXERCÍCIO DE 2017. Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de 2017, às 19h, em segunda chamada, no MISS – Museu da Imagem e do Som Santos situado na Avenida Sen. Pinheiro Machado, 48, Vila Mathias, sob a presidência do **Sr. JUNIOR BRASSALOTTI**; reuniram-se os conselheiros devidamente convocados, que assinam a lista de presença anexa, para a apreciação da seguinte pauta: 1) Verificação e aprovação da ATA da 3ª Reunião Ordinária de 2017. O presidente Junior fez a leitura da Ata da assembleia ordinária de 27 de agosto que foi aprovada com ressalvas. O conselheiro Lincoln disse que encaminhou para o Chefe de Departamento de Formação e Pesquisa Cultural legislação acerca do Plano Municipal de Livro, Leitura e Literatura que são modelos de São Paulo e Recife. Os conselheiros Lincoln e Leonardo solicitaram virtualmente a lista de imóveis ociosos tombados e o calendário de reuniões do Condephasa. As oficinas culturais citadas na reunião ordinária anterior estão afetadas a um convênio com o governo do estado de São Paulo. Em seguida, deu-se início aos pontos da ordem do dia, e respondendo a questionamentos do presidente, a conselheira esclareceu que as questões que envolviam as demandas de pagamento referente ao carnaval de 2016 estão sendo verificadas junto a Secretaria de Turismo. O presidente Junior aponta para a pauta que trata da possível alteração da lei do Facult a fim de atender a possibilidade legal de pagamento peritos avaliadores nos projetos culturais. A conselheira Virginia apresentou a proposta de alteração indicando que todo este processo precisa de avaliação e análise jurídica da Procuradoria Geral do Município. Este é um trabalho que já vem sendo feito desde do início de 2015, e este é mais uma tentativa de apontar para esta possibilidade jurídica de pagamento. O conselheiro Lincoln pergunta que seria edital de credenciamento e seria de pareceristas as sociedade civil ou os do governo? Tem preocupação de que os pareceristas fossem questionados se estivessem na condição de funcionários públicos e outros. A conselheira Virginia destaca que o próprio edital de credenciamento já dispõe das regras que estabelecem as regras, que entre eles não poderiam funcionários públicos, servidores em confiança, que já estão disposta na lei 8666/90. A conselheira Virginia aponta que não pode nesse momento porque a discussão e autorizar o pagamento e que esta análise quanto aos percentuais depende do órgão competente, saaf, Secretaria de finanças. O quantum desse valor quem determina são os órgãos competentes. O conselheiro Lincoln aponta para que no memorando encaminhado junto aos órgãos competentes fosse apontado os índices do proac. A conselheira Virginia aponta que é preciso verificar os índices de arrecadação média do Facult, e aí sim discutir e analisar o quantum reservado para o pagamento desses peritos. É preciso que primeiro seja verificado a autorização do pagamento e depois a verificação de quantum para pagamento. A conselheira Raquel aponta a necessidade de ser aprovada pela Procuradoria Geral do Município. O conselheiro Caio pergunta se este processo de credenciamento implica no critério de escolha, por exemplo? Isto é, este processo tira a prerrogativa deste conselho indicar a comissão julgadora? A conselheira Virginia observa que quando você autoriza o pagamento de projetos culturais, é preciso que se estabeleça um rito com condições de igualdade a todos com transparência e publicidade. O edital é utilizado cotidianamente nos municípios. O que tem que se observar e apontar as condições do município e dentro dessa avaliação achar caminhos que selecione o melhor dos melhores. O conselheiro Caio destaca que em São Paulo há indicação do governo de Estado e das entidades da categoria, mesmo as da Funarte são desse jeito com entidades representativas de classe para julgamento. O conselheiro Jamir diz que é fundamental é aprovar a base legal. Luis Peres faz uma questão que aponta a lei 8666/90 aponta as regras dos jogos técnicos e que aprendemos a todo tempo. O presidente faz a leitura e o conselho aprova para análise da PGM. Em seguida, o Presidente destaca a que a Fam's encaminhou ofícios apontando que não viria. A conselheira Veruska sugere uma nota junto a imprensa e também que o Conselho se organize para ir até à Fam's. O conselheiro Caio propôs uma moção de repúdio junto ao Prefeito com visita no gabinete para se seja anunciado que a solicitação do Concut por mais de uma vez não está sendo atendida. E aponta que não é excludente a proposta da Veruska. O presidente põe em votação e, é aprovado. O presidente diz que encaminhou um ofício junto a EAC para apresentação da Escola de Teatro da cidade. A direção do EAC não está presente, e está presente apenas alguns alunos. Não foi feita nenhuma devolutiva por parte da EAC. O conselheiro Julinho tem uma proposta de fazer uma

extraordinária na própria EAC no teatro Guarany para as apresentações em relação à escola sejam verificadas. Caio aponta que é importante um fórum de discussão com os alunos dentro da EAC e que os alunos possam se organizar dentro do processo pedagógico. É necessário que os alunos tenham participação organizada e oficial. Caio diz que escuta que a escola vai acabar, com corte de verbas, entre outras. Caio reafirma a necessidade de verificar estes pontos, para ajudar estes profissionais que lá estão, inclusive quanto ao policiamento ideológico em relação ao conteúdo. É preciso se discutir a escolha dos profissionais da escola, seria bom um edital de chamamento da escola. A conselheira Raquel diz a professora Zaneta dá aula em São Paulo, e por isso a agenda está complicada. Renata Zaneta mandou justificativa para o Departamento. O Presidente vai verificar as datas que a Renata poderá para verificarmos o agendamento desta extraordinária e com convocação de todos que foram citados pelo conselheiro Caio. A Raquel aponta uma dessas questões que queria abordar com relação ao projeto pedagógico que nunca ouvi sobre o fechamento da EAC. A importância de esclarecer todos estas informações, que todos os sejam chamados para esclarecer. Veruska aponta para pedir cópia do plano pedagógico, os investimentos feitos na escola nos últimos anos, solicitar uma planilha de custos. Caio aponta a necessidade desse pedido, inclusive para cobrar maiores investimentos para a escola. Maria Tornatori aponta que em outros tempos sofreu perseguição de outra gestão. Ex-aluno da EAC falou sobre a falta de pagamentos dos professores e estavam saindo da escola e discorda do conselheiro Caio, pois se formou em 2015 e diz que não tem nenhum repúdio interno por parte dos professores e que não existem direcionamentos, e sim apenas intervenções pedagógicas para que os alunos não tenham fala errada, corrigindo no sentido de se expressarem da melhor maneira. Raquel propõe que seria importante um diretório acadêmico. Julinho fala das condições de estrutura da escola. Raquel aponta que na última sexta tratou com o Secretário sobre o ar condicionado da Escola de Artes Cênicas. André Cajaíba convidado, fala do Festes, comunicando o conselho e solicitando que o conselho questione a Secretaria de Cultura sobre o Festes e sua importância para a cidade e que acontecerá dia 18 de outubro. A preocupação do André é que o Festes acontecerá em apenas dois dias, na escola pública. O presidente fala que o Festes tem um trabalho direto nas escolas com temas transversais na área da educação e cultura. A conselheira Virginia aponta para discutir o objeto do Festes que tem como iniciação do jovem e adolescentes para o teatro e para estar atrelado dentro da EAC. Caio aponta que o Festes é a única ação da Secult, e gostaria de que constasse em pauta que isso denota que não exista um olhar para o teatro dentro da administração. Questiona gestão do profissional que não é da área para discutir os assuntos e que fique registrado que não é nada pessoal e sim de dinâmica de trabalho. Lincoln aponta que o Festes enquanto política de governo é citado no site mas não existe nenhuma lei sobre o Festes. Pede para a assessora da vereadora que verifique a possibilidade de constar em lei. Jamir disse que isso não assegura nada mas é um fortalecimento. Julinho apoiou a ideia do Festes ser desenvolvido pela EAC. Veruska aponta que a escola tem toda uma estrutura. O presidente solicita os encaminhamentos em relação ao Festes e o conselheiro Caio aponta que já começa o plano de trabalho para o Festes 2018 e ofício junto a Secretaria quanto aos encaminhamentos para 2017 e o critério de escolha dos organizadores deste festival. O senhor Cajaíba aponta para rever as datas para a realização do festival. A assessora da vereadora Audrey, senhora Lilian, precisa do histórico, e que o levantamento poderia ser feito pela hemeroteca da SECULT e ainda com a possibilidade de inserção no calendário oficial da cidade. O presidente aponta para a necessidade de uma coordenação de teatro que viabilizasse este processo junto ao Festes. O presidente pede para que seja enviado o projeto para consulta sobre este festival. O conselheiro Caio pede que seja verificado um calendário com agenda articulada com as datas dos festivais para que não seja encavalado. E a PMS organizou um festival de dança dividindo datas, mídias com o festival do teatro. O presidente fala sobre o Santos Jazz festival que é um evento particular. Jamir aponta que referente ao festival passo de arte que é o segundo festival de dança do país e que foi super importante para a cidade. E que a única coisa é que encavalou com algumas datas do Festes e que se evitem agendas conflitantes. Julinho porque que a cultura hip hop não pode fazer eventos na praia e que faltam apoios com relação à cultura hip hop. Cajaíba aponta que existe muita burocracia para instalar o palco no emissário e todos os eventos fazem parte do decreto dos eventos. Presidente aponta que o agendamento de eventos no emissário parte da

Secretaria de Esporte e não Secretaria de Cultura. Caio destaca que existem diferenças entre os festivais sobretudo quando são festivais privados com participação do setor público. Questiona o servidor Mesquita com relação ao seu envolvimento no Festival de dança. Raquel aponta que seria importante ver o que foi acordado com a Secretaria com relação ao seu envolvimento e participação. Cajaiba não vê problema nisso e sim que os Festivais precisam ser isonômico, com igualdade para todos. A conselheira Virginia aponta a necessidade acentuar para o foco nos Festivais, conflito nas agendas, mídias, participação mais igualitária, plano pedagógico do Festes. Jamir aponta ainda, que o servidor Mesquita pode ter sido designado especialmente para isso, é preciso saber se a Secult é co-realizadora ou não. Jamir disse que a Secult pode designar qualquer funcionário para estabelecer parcerias e atender as demandas na condição de co realização. Conselheira Virginia aponta que se a Secult entra como co realizadora, não vê problema do funcionário transitar na produção do evento. A conselheira Luciana, lembra que o Sr. Mesquita ficou de encaminhar a agenda dos teatros mês a mês, e se isso tivesse acontecido talvez não tivesse ocorrido o conflito de agendas. O presidente encaminhará para o Gabinete do Secretario para se verifique a questão dos festivais e respectivas agendas, para que não haja conflito de datas. Caio aponta, ainda para a necessidade de se verificar se o Festival de Dança e sua realização e porque que o evento foi marcado junto o Festa. A conselheira Raquel solicita que seja registrado em ata que no dia 06 de outubro terá um vento de cinema, Festival de imagem, no Valongo, na condição de documentarista e não como vínculo da PMS. O presidente chama o conselheiro Theo que pediu a agenda sobre as Tendas de Verão, e se pronuncia sobre a organização das Tendas que é verba Hadad e que nos anos anteriores foi recurso do município. Cajaiba aponta que houve um grande cadastro dos músicos. Theo fala sobre a necessidade de edital de chamamento público sobre a participação nas tendas. Theo aponta sobre a programação artística das tendas. Te que muitos músicos levam play back e sempre o mesmo estilo de música. Cita o Edital e a programação artística da Praia Grande que dividiram por temas artísticos. Theo apresenta sugestões para a programação das tendas de verão. Luis reafirma a necessidade de edital de chamamento público com regras de igual condição para todos, inclusive de todas as regiões e sem bairrismo. Cajaiba aponta para a necessidade de rever a programação das tendas com a inclusão dos hap hour. Julinho lembra a ocupação em 4 tendas na orla da praia com cultura hip hop com dança, artes visuais, a batalha de mcs e balada black, e foi super importante e sugere a inclusão no edital com este modelo. A conselheira Veruska apresenta que poderia incluir uma oficina do patrimônio histórico. Caio aponta que o teatro sempre teve programação nas tendas porém em horários a tarde e que gostaria de que isso fosse revisto. Aponta ainda que poderia ter tenda em outros locais distribuídos pela cidade e não apenas na praia. Lincoln destaca se poderia ter a viabilidade de chamamento público ainda para este verão de 2018, e se houve avaliação do projeto tenda com a possibilidade de contemplar o vento no Centro e na Zona Noroeste. Jamir aponta que não se sabe ainda como será a estrutura e valores. Diz ainda que o Devepro (Secretaria de Turismo) esta aberto para projetos de ocupação das tendas como por exemplo, musica hip hop, teatro e com programação com outros estios musicais. Jamir tem o entendimento que no verão tem que priorizar a praia e que essa descentralização não é só no verão e sim durante o ano todo. A conselheira Lucina aproveita a fala e destaca que nas outras estações do ano poderia estar rodando a cidade. Caio ainda esclarece que as pessoas não conseguem acessar as tendas por questões econômicas e outras. Caio reafirma que o Centro de Santos deveria ter uma tenda com uma programação de verão continua, e em especial por conta da temporada da chegada dos navios. Theo reafirma ainda que gastar dinheiro público com músicos que apresentam play back, não é cultura. O presidente aponta para a necessidade de oficializar a Setur com a questão da descentralização, com polos de programação que contemplem outros pontos da cidade via chamamento público. Raquel tambem sugere uma programação de férias. Jamir aponta que não é função da Setur realizar programação de descentralização. O presidente informa que é necessário discutir sobre essas questões e a conselheira Raquel disse que esta intersecção é importante. Theo sugere como programação a musica clássica nas tendas e que a Prefeitura tem corpo estável ótimos de excelência. Julinho sugere o funk. O presidente encaminha os assuntos gerais com a palavra do conselheiro Caio, presente que o Conselho pensa e chame um encontro público com nomeação de 2 ou 3 pessoas para discursarem

sobre liberdade de expressão, com aula aberta sobre este tema em praças. Comenta ainda sobre a peça da Renata Martinez que foi impedida de apresentar a sua peça e que seria um movimento do Conselho no sentido de apoio e destaque a liberdade de expressão. Luis Perez sugere que faça permanentemente um dossiê sobre casos de censura e que qualquer Conselho possa acessar como por exemplo num site, no portal dos Conselhos. O Presidente apresenta uma moção, e que seja publicado a manifestação no Diário Oficial do Município em conjunto com a Secretaria de Cultura. Veruska propõe que a nota seja lida na Câmara Municipal de Santos. Lincoln sugere que seja feito como comunicado do Conselho Municipal de Cultura. Caio fala que a Vila do Teatro foi assaltada e que quase todo o material técnico foi levado e que estão esperando as imagens da câmera. Raquel diz que o Secretaria de Cultura pediu oficialmente as imagens. O presidente destaca ainda que seria importante um ofício para a Secretaria de Estado de Cultura com relação as condições do prédio da Cadeia Velha. A conselheira Veruska e o conselheiro Leonardo estão verificando uma agenda para tirar fotos do prédio da Cadeia Velha e verificar as condições do prédio e ir para a imprensa. A assessora da vereadora Audrey, Lilian, reforça o convite que no próximo dia 17 de outubro terá uma audiência pública sobre a Lei de Fomento à Cultura. A Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura foi encerrada às 21h. Ficando convocada a próxima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura para o dia dezesseis (16) de outubro p.f., às 18h30, em primeira chamada, e às 19h, em segunda chamada. Sem mais, eu, Virgínia Pires, redigi e digitei a presente ATA, que por mim segue assinada e pelo Sr. Júnior Brassalotti.

JÚNIOR BRASSALOTTI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

VIRGÍNIA PIRES

1ª SECRETÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA